

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	77
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	392.058
Preferenciais	0
Total	392.058
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.126.694	2.153.144	1.997.454
1.01	Ativo Circulante	72.526	119.316	70.628
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.548	76.788	37.550
1.01.03	Contas a Receber	28.568	23.640	19.370
1.01.03.01	Clientes	28.420	23.640	19.370
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	148	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.144	8.929	4.783
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.144	8.929	4.783
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.658	3.981	5.894
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.608	5.978	3.031
1.01.08.03	Outros	7.608	5.978	3.031
1.02	Ativo Não Circulante	2.054.168	2.033.828	1.926.826
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.391	34.775	32.421
1.02.01.07	Tributos Diferidos	26.647	30.078	28.473
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	30	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	382	382
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.744	4.285	3.566
1.02.03	Imobilizado	1.529	2.264	2.242
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.529	2.264	2.242
1.02.04	Intangível	2.020.248	1.996.789	1.892.163
1.02.04.01	Intangíveis	2.020.248	1.996.789	1.892.163
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.020.248	1.996.789	1.892.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.126.694	2.153.144	1.997.454
2.01	Passivo Circulante	1.003.589	1.114.721	1.083.731
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.062	12.572	11.320
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.062	12.572	11.320
2.01.02	Fornecedores	17.547	18.961	15.781
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.547	18.961	15.781
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.269	11.178	7.650
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.795	8.699	5.501
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.795	8.699	5.501
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12	12	20
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.462	2.467	2.129
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	958.318	959.315	949.510
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	953.074	950.262	941.072
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	953.074	950.262	941.072
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	5.244	9.053	8.438
2.01.05	Outras Obrigações	7.393	112.695	99.470
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	389	109.595	92.311
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	389	109.595	92.311
2.01.05.02	Outros	7.004	3.100	7.159
2.01.05.02.04	Outros passivos	7.004	3.100	7.159
2.02	Passivo Não Circulante	633.700	631.028	560.697
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.235	2.795	2.176
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	5.235	2.795	2.176
2.02.02	Outras Obrigações	460.117	470.546	446.463
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	456.138	466.190	443.675
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	456.138	466.190	443.675
2.02.02.02	Outros	3.979	4.356	2.788
2.02.02.02.03	Fornecedores	3.979	4.356	2.788
2.02.04	Provisões	165.430	154.134	110.270

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04.02	Outras Provisões	165.430	154.134	110.270
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	2.684	3.235	5.076
2.02.04.02.05	Provisão de conserva especial	162.746	150.899	105.194
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	2.918	3.553	1.788
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	2.918	3.553	1.788
2.02.05.01.01	Outros passivos	2.918	3.553	1.788
2.03	Patrimônio Líquido	489.405	407.395	353.026
2.03.01	Capital Social Realizado	392.058	373.082	363.558
2.03.04	Reservas de Lucros	97.347	34.313	9.060
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	57.460	8.759	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	39.887	25.554	9.060
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-19.592

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	635.296	610.926	525.624
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-382.020	-379.148	-258.818
3.03	Resultado Bruto	253.276	231.778	266.806
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.712	-45.778	-40.171
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.593	-42.191	-36.293
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	881	-3.587	-3.878
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	209.564	186.000	226.635
3.06	Resultado Financeiro	-136.223	-136.506	-172.580
3.06.01	Receitas Financeiras	3.914	3.722	2.534
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.137	-140.228	-175.114
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	73.341	49.494	54.055
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.307	-4.649	-6.100
3.08.01	Corrente	-6.876	-6.254	-3.619
3.08.02	Diferido	-3.431	1.605	-2.481
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	63.034	44.845	47.955
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	63.034	44.845	47.955
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,16138	0,12281	0,1319

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	63.034	44.845	47.955
4.03	Resultado Abrangente do Período	63.034	44.845	47.955

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	206.647	219.526	219.207
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	395.356	288.893	266.631
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-133.951	-13.991	2.339
6.01.03	Outros	-54.758	-55.376	-49.763
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-150.772	-152.015	-17.576
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-105.115	-28.273	-168.017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-49.240	39.238	33.614
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.788	37.550	3.936
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.548	76.788	37.550

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	373.082	0	34.313	0	0	407.395
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	373.082	0	34.313	0	0	407.395
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.976	0	0	0	0	18.976
5.04.01	Aumentos de Capital	18.976	0	0	0	0	18.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	14.333	48.701	0	63.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.034	0	63.034
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	14.333	-14.333	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	14.333	-14.333	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.701	-48.701	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	48.701	-48.701	0	0
5.07	Saldos Finais	392.058	0	97.347	0	0	489.405

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	9.060	-19.592	0	353.026
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	9.060	-19.592	0	353.026
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.524	0	0	0	0	9.524
5.04.01	Aumentos de Capital	9.524	0	0	0	0	9.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	16.494	28.351	0	44.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.845	0	44.845
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	16.494	-16.494	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	16.494	-16.494	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.759	-8.759	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	8.759	-8.759	0	0
5.07	Saldos Finais	373.082	0	34.313	0	0	407.395

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	388	-58.875	0	305.071
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	388	-58.875	0	305.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	8.672	39.283	0	47.955
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.955	0	47.955
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	8.672	-8.672	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	8.672	-8.672	0	0
5.07	Saldos Finais	363.558	0	9.060	-19.592	0	353.026

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	678.755	652.384	563.969
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	525.084	501.931	460.285
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	153.671	150.453	103.684
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-298.912	-303.054	-191.038
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-153.671	-150.453	-103.684
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.205	-101.851	-36.684
7.02.04	Outros	-58.036	-50.750	-50.670
7.03	Valor Adicionado Bruto	379.843	349.330	372.931
7.04	Retenções	-66.906	-59.288	-52.787
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-66.906	-59.288	-52.787
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	312.937	290.042	320.144
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.795	135	-1.344
7.06.02	Receitas Financeiras	3.914	3.722	2.534
7.06.03	Outros	881	-3.587	-3.878
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	317.732	290.177	318.800
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	317.732	290.177	318.800
7.08.01	Pessoal	52.679	48.548	42.967
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.500	41.058	36.751
7.08.01.02	Benefícios	6.672	5.211	4.310
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.507	2.279	1.906
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.646	54.371	51.160
7.08.02.01	Federais	35.274	30.224	28.585
7.08.02.02	Estaduais	305	192	242
7.08.02.03	Municipais	25.067	23.955	22.333
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	141.373	142.413	176.718
7.08.03.01	Juros	139.451	139.789	174.990
7.08.03.02	Aluguéis	1.859	2.604	1.725
7.08.03.03	Outras	63	20	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	63.034	44.845	47.955

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	63.034	44.845	47.955

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2022

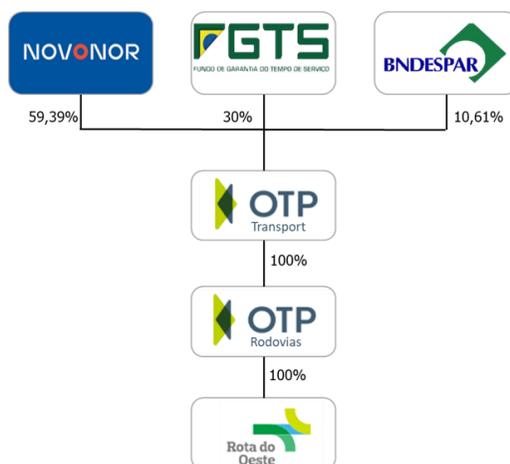
Aos Acionistas

A administração da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO” ou Companhia ou Concessionária) submete à apreciação o Relatório da Administração (RA), acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor Independente, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com os temas considerados relevantes para divulgação junto à sociedade, parceiros, investidores e usuários, incluindo a apresentação do balanço social, com as principais responsabilidades da CRO.

O Relatório de Administração apresenta informações relevantes adicionais (indicadores técnicos, operacionais, sociais e outras) para melhor atendimento aos nossos diversos usuários, em linha com as boas práticas de apresentação, e conforme determinação da Lei das S.A’s. e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), considerando, também, as disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

1. Introdução

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é controlada diretamente pela OTP Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:



A Concessionária foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com o propósito de explorar o lote da BR-163/MT, no trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com o Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 (dezenove) municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

Por meio do Contrato 003/2013, assinado pela União, representado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos, a Concessionária comprometeu-se com a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sistema Rodoviário da BR-163/MT, no prazo e nas condições estabelecidas no Contrato e no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

1.1. Destaques de 2022

- Crescimento do tráfego VEP¹ / dia: +4,76%, comparado com 2021;
- Investimentos em Obras de Recuperação e Melhorias em Infraestrutura: R\$ 167,6 milhões;
- Gastos com trabalhadores próprios e terceiros contratados: R\$ 78,6 milhões; e
- Impostos sobre Receitas e Serviços (pagos aos 19 municípios localizados na faixa de domínio da CRO): R\$ 25,1 milhões.

1.2. Perspectivas

A Administração da Companhia vem envidando todos os esforços necessários para gestão e adequação das suas necessidades de seu caixa e obrigações junto à seus “*stakeholders*”, mediante:, (a) manutenção da trafegabilidade da rodovia e segurança viária aos Usuários; (b) prorrogação dos vencimentos das dívidas financeiras; (c) suspensão dos pagamentos com partes relacionadas, destacadamente os mútuos; (d) busca de soluções do Contrato de Concessão com o Poder Concedente; e (e) reestruturação das suas dívidas junto aos seus Credores.

A Companhia buscou diversas alternativas para solução das inexecuções do Contrato de Concessão, tais como: (i) revisão ampliada do Contrato de Concessão, respaldada pela Medida Provisória 800/2017; (ii) proposição de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão; e (iii) Um Plano de Cura do Contrato de Concessão, e (iv) Troca de Controle Acionário.

Com objetivo de permitir a troca de controle acionário, , no dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação (“TAC Plano de Ação”), repactuando alguns direitos e obrigações do contrato de concessão, dentre eles: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo o passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT; e (iv) aporte de capital no valor de R\$ 520 milhões para retomada imediata dos investimentos de ampliação da rodovia.

Concomitantemente ao processo do (“TAC Plano de Ação”) e em continuidade ao processo de devolução amigável, protocolado em 09 de dezembro de 2021, que culminou com a publicação do Decreto presidencial nº 11.122/2022, qualificando o empreendimento da BR-163/MT para fins de relicitação, a CRO celebrou no dia 05 de dezembro de 2022 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 prorrogando o início da vigência do TA Relicitação, visando a conclusão dos trâmites previstos no TAC Plano de Ação - em especial, a transferência de controle societário da Companhia à MT Participações e Projetos S.A – MTPAR.

¹ VEP – Veículos Equivalentes Pagantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia reitera a sua confiança e comprometimento no encaminhamento regulatório que viabilize tempestivamente as melhorias necessárias ao Sistema Rodoviário e seus Usuários juntamente com a segurança empresarial que necessita para sua operação.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Tráfego e Economia do Mato Grosso

A BR-163/MT é uma rodovia significativa para o corredor de transporte rodoviário do País, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias dos setores agrícola e pecuária. A região beneficiada pela rodovia é polo produtor de soja, milho e algodão, além de importante criação de gado, sendo o estado de Mato Grosso um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos no Brasil.

A economia do Estado do Mato Grosso tem apresentado expansão acelerada nas últimas três décadas, bem superior à média do País. Segundo dados do IBGE, o PIB per Capita de Mato Grosso em 2020 foi de R\$ 50,6 mil, enquanto o do Brasil foi de R\$ 35,9 mil.

O principal fator de crescimento econômico do Estado foi, e deve continuar sendo, o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista as condições favoráveis de clima, solo e relevo da região.

O Estado do Mato Grosso em 2022, conforme estudo divulgado pelo IMEA, teve um aumento de 23% na produção dos principais grãos de agricultura do estado (Soja, milho e algodão).

Durante o ano de 2022, o tráfego equivalente em eixos pagantes totalizou 109.030 mil, 4,76% superior ao do ano de 2021. O tráfego pagante do período foi composto de 90% de veículos pesados e 10% de veículos leves.

O tráfego em Veículos Absolutos (VAB) em 2022 foi 3,5% acima do ano de 2021.

VEP (em milhares)			
Categoria	2022	2021	Var. (%)
Pesados	98.050	93.454	4,9%
% Veic. Eq. Totais	90%	90%	0,1%
Leves	10.980	10.617	3,4%
% Veic. Eq. Totais	10%	10%	(0,1%)
Total VEP	109.030	104.071	4,76%

VAB (em milhares)			
Categoria	2022	2021	Var. (%)
Pesados	15.895	15.375	3,4%
% Veic. Eq. Totais	59%	59%	(0,1%)
Leves	11.141	10.743	3,7%
% Veic. Eq. Totais	41%	41%	0,1%
Total VAB	27.035	26.117	3,5%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dentre outros fatores, explica-se o aumento no fluxo de tráfego em 2022 devido, principalmente, ao aumento da produção de Soja, Milho e Algodão no Estado de Mato Grosso, entre as safras de 2020/21 e 2021/22, de 13,3%, 34,6% e 9,3% respectivamente¹.

Além do aumento de produção agrícola, em 2022 houve quebra de safra de grãos na região Centro-sul do país². Esse evento fez com que parte da produção de grãos que seria exportada pelo arco norte (Porto de Miritituba) se deslocasse para atender o polo granjeiro na região sul do país, fazendo com que a produção do Estado do Mato Grosso, especialmente da região norte, se desloque para esta região sul gerando maior fluxo nas praças de pedágio do Trecho Sul do trecho sob a responsabilidade da CRO.

2.2. Receita

A receita operacional bruta da CRO em 2022 totalizou R\$ 678.755 mil, representando um aumento de 4,0% comparado ao ano de 2021, tendo o mesmo percentual de 4,0%, de crescimento na receita líquida da CRO em 2022, atingindo R\$ 635.296 mil.

Receita (em milhares de reais)			
Descrição	2022	2021	Var. (%)
Receitas de Pedágio	519.700	496.930	4,6%
Receitas Acessórias e Outras	5.384	5.001	7,7%
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	153.671	150.453	2,1%
Receita Bruta	678.755	652.384	4,0%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(43.411)	(41.421)	4,8%
Outras deduções	(48)	(38)	26,4%
Receita Líquida	635.296	610.924	4,0%

A Receita de Pedágio apresentou em 2022 aumento de 4,6% frente a 2021 devido ao crescimento de tráfego.

A conta de Receitas Acessórias, advinda da exploração do uso da faixa de domínio, apresentou um aumento de 7,7%.

A Receita de Construção ICPC 01 (R1) apresentou aumento de 2,1%, no exercício de 2022 frente ao de 2021, devido à realização de investimentos que priorizam a segurança viária do Sistema Rodoviário, parte destacado no quadro do Tópico **2.8. Investimentos**.

2.4. Custos e Despesas

Custos e Despesas (em milhares de reais)			
Descrição	2022	2021	Var. (%)
Custos dos serviços	(206.408)	(186.731)	10,5%
Custos de construção (ICPC 01)	(153.671)	(150.453)	2,1%
Provisão para Conserva Especial (ICPC 01)	(21.941)	(41.964)	(47,7%)
Despesas Gerais e Administrativas	(44.593)	(42.191)	5,7%
Total Custos e Despesas	(426.613)	(421.339)	1,3%

¹ IMEA (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária), 06/03/2023.

² Seab (Secretaria da agricultura e do abastecimento) do estado do Paraná, 24/02/2022

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Custo dos Serviços apresentou um aumento de 10,5% no ano de 2022, causado, principalmente, pela variação das contas de Materiais e Gastos Gerais.

A rubrica de Materiais contempla a compra dos principais insumos utilizados nos serviços de manutenção e conservação da rodovia, especialmente dos componentes asfálticos e óleo diesel. Devido ao elevado volume de chuvas do segundo semestre do exercício de 2021, a Concessionária investiu suas disponibilidades no ano de 2022 em obras de segurança viária (conserva de pavimento, sinalização e defensas).

Sobre os Gastos Gerais, é importante recordar que no 2T21 houve o estorno de provisão dos custos de Recurso para Desenvolvimento Tecnológico (RDT), verba anual prevista no Contrato de Concessão a ser desembolsada pela Concessionária e apresentada ao Poder Concedente em projetos aprovados para pesquisas e estudos setoriais.

Os Custos de construção em 2022, reconhecido conforme ICPC 01 (R1), apresentou aumento de 2,1% se comparado com 2021, reflexo da intensificação de obras realizadas no Sistema Rodoviário, consequência do aumento do desgaste do pavimento em decorrência das chuvas e da alta do fluxo de veículos pesados.

O aumento de 5,7% das Despesas Gerais e Administrativas explica-se, principalmente, pela pressão inflacionária do ano de 2022 de 5,79% medido pelo IPCA-IBGE.

Ao longo do ano a Provisão para Conserva Especial (ICPC 01) atingiu a quantia de R\$ 21.941 mil, porém a partir do segundo semestre a Companhia decidiu não constituir mais provisão até o equacionamento do caminho a ser seguido pela concessionária seja TAC ou TA.

2.5. EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado (em milhares de reais)			
Descrição	12M22	12M21	Var. (%)
Resultado líquido do período	63.034	44.843	40,6%
(+/-) Impostos (IR/CS)	10.306	4.651	121,6%
(+/-) Resultado Financeiro	136.223	136.508	(0,2%)
(+/-) Outras (Despesas) Receitas	(881)	3.574	(124,6%)
(+/-) Depreciação / Amortização	66.906	59.287	12,9%
(+) Provisão para contingências	(551)	(1.841)	(70,1%)
(+) Provisão para Conserva Especial (ICPC 01)	21.941	41.964	(47,7%)
EBITDA	296.979	288.986	2,8%
Margem EBITDA	61,66%	62,76%	(1,7%)

O EBITDA ajustado em 2022 atingiu o montante de R\$ 296.979 mil, registrando um aumento de 2,8% em relação ao exercício de 2021. Os ajustes foram realizados em função dos itens que não impactaram a geração de caixa da Companhia.

A margem do EBITDA Ajustado de 61,66% representa um recuo de 1,7%, em relação a 2021 (margem de 62,76%), impactado principalmente pelo incremento dos custos e despesas mencionados no item 2.4.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Provisão para Conserva Especial apresentou queda conforme explicado no Tópico 2.4 Custos e Despesas. Caso efetivadas as condições do TAC Plano de Ação, com a troca de controle acionário da Companhia, a provisão será reavaliada de acordo com o novo cronograma de obras.

2.6. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (em milhares de reais)			
Descrição	2022	2021	Var. (%)
(+) Receitas Financeiras	3.914	3.722	5,2%
(-) Despesas Financeiras	(140.137)	(140.230)	(0,1%)
(-) Juros sobre Empréstimos	(169.619)	(108.074)	56,9%
(-) Juros sobre atraso	36.395	(16.446)	(321,3%)
(-) Outras	(6.913)	(15.708)	(56,0%)
Resultado Financeiro Líquido	(136.223)	(136.506)	(0,2%)

O Resultado Financeiro de 2022 findou o ano negativo em R\$ 136.223 mil com queda de 0,2% comparado ao ano anterior. As receitas financeiras apresentaram elevação de 5,2% comparado ao ano anterior, elevação esta ocasionada principalmente por descontos obtidos e juros sobre impostos a recuperar.

As Despesas Financeiras foram impactadas na conta de Juros sobre Empréstimo devido ao aumento do DI médio de 2021 (4,66% a.a.) para 2022 (12,70% a.a.), resultando o aumento de R\$ 61.545 mil nesta conta. Em contrapartida houve uma equalização na conta de Juros sobre atraso devido ao encerramento do EPC, contrato este celebrado em dezembro de 2013 para fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT. Assim após a celebração do Termo de Encerramento, foi realizado a baixa do saldo contábil em que as partes acordaram em formalizar a rescisão com extinção de direitos e obrigações e outorga de quitação amplas e recíprocas.

2.7. Endividamento

Endividamento (em milhares de reais)			
Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Var. (%)
(+) Dívida Bruta	953.074	950.262	0,3%
(+) Arrendamento mercantil operacional	10.479	11.848	(11,6%)
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	27.548	76.788	(64,1%)
(=) Dívida Líquida	936.005	885.322	5,7%

Apesar do aumento do DI Médio de 2021 (4,66% a.a.) para 2022 (12,70% a.a.) a Dívida Bruta manteve-se em mesmo patamar devido ao aumento de 53,6% no Serviço da Dívida (amortizações, juros e comissões) de 2021 para 2022, de R\$ 104 milhões para R\$ 159 milhões, respectivamente.

O valor de Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras apresentou uma variação negativa de 64,1% quando comparado ao ano de 2021, fato este motivado pela diminuição do saldo de caixa disponível da Companhia resultado das ações da Administração para gestão de relacionamento com seus *stakeholders*, por exemplo: (i) aos Usuários da Rodovia com a antecipação das intervenções de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

recuperação e segurança viária conforme reportado no Comentário de Desempenho do 21TR22, em que a variação do total investido no segundo semestre de 2022 foi 98% acima do mesmo período de 2021;(ii) no segundo semestre de setembro a dezembro de 2022 devido ao aumento do DI (Indexador do Endividamento) houve a reprogramação do Serviço da Dívida aos Credores, visando a perenidade do caixa da companhia.

Ao final de 2022, a Dívida Líquida da Companhia apresentou um aumento de 5,7% quando comparado ao saldo do ano anterior, totalizando R\$ 936.004 mil, principalmente devido a diminuição do Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeira por aumento nos investimentos na rodovia e o incremento nas taxas de juros básica da economia.

2.8. Investimentos

Durante o ano de 2022, foram investidos R\$ 167.647 mil, representando um aumento de 8,5% comparado a 2021, que totalizou R\$ 154.653 mil no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme detalhadamente apresentado a seguir:

TRECHO NORTE - KM 507 AO KM 855

Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's

Reforma e ampliação sala do usuário SAU14

Recuperação Funcional do pavimento – executados 31 km entre Posto Gil e Nova Mutum

TRECHO 108 KM - KM 353,5 AO KM 461,7

Recuperação Estrutural de Pavimento – executados 12 km entre Jangada a Rosário-Oeste.

Recuperação Funcional – executados 26 km entre Jangada e Rosário

Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's

ROD. IMIGRANTES - KM 321,3 AO KM 353,5 (BR-070)

Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's

TRECHO SUL - KM 0 AO KM 130

Implantação de passarela em Rondonópolis - km 121,6

Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's

Implantação de Drenagem Gleba do Rio Vermelho

Recuperação Estrutural - Ponte sobre o Rio Vermelho - km 121,1 – Rondonópolis

Reforma e ampliação SAU 03

Reforma SAU06

Reforma da base da PRF de São Vicente

2.9. Captação de Recursos

A Companhia não contratou novos financiamentos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, utilizando apenas os recursos operacionais para a realização de suas atividades. Conforme destacado no tópico 2.7. Endividamento, no segundo semestre de 2022 foi realizada uma reprogramação de R\$ 41 Milhões do Serviço da Dívida aos Credores da CRO em razão da necessidade da continuidade dos investimentos da Companhia, verificado no tópico 2.8. Investimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.10. Valor Adicionado

A CRO gerou, em 2022, o valor adicionado de R\$ 317.731 mil, representando 47% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 9% em relação a 2021, quando o valor adicionado foi de R\$ 290.177, representando 44% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. A distribuição do Valor Adicionado gerado pela Companhia está apresentada a seguir.

Demonstração do Valor Adicionado	
Item	Distribuição
Pessoal	16,58%
Impostos, Taxas e Contribuições	19,09%
Remuneração de Capital de Terceiro	44,49%
Remuneração de Capital Próprios	19,84%
Total	100%

2.11. Política de Distribuição de Dividendos

Aos Acionistas da Companhia é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado conforme a legislação societária vigente.

Para fins de atendimento às cláusulas contratuais (*covenants*) do Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças, a Companhia está impossibilitada de distribuir quaisquer recursos, ativos, bens, direitos em moeda, obrigações ou títulos e valores mobiliários aos seus respectivos Acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou resgate e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital.

A Concessionária gerou no exercício de 2022 um resultado líquido no valor de R\$ 62.413 mil, um aumento de 39% frente ao resultado líquido de 2021. A companhia destaca que não tem histórico de pagamento de pagamento de dividendos e JSCP ao acionista desde a sua constituição.

2.12. Planejamento Empresarial

Atualmente a Concessionária está seguindo com dois caminhos:

1) TAC - Termo de Ajustamento de Conduta:

Em outubro/22, a CRO junto da ANTT assinou o TAC que vai acelerar a retomada das obras de grande porte da BR-163, entre Itiquira e Sinop. O documento é uma das etapas do processo para transferência do controle acionário da concessionaria para MT Participações e Projetos (MT Par), sociedade de economia mista ligada ao Governo de Mato Grosso.

O TAC determina a execução de todas as obras previstas no contrato original de concessão da BR-163, iniciando os serviços pelos principais gargalos existentes atualmente: 28 quilômetros da BR-070 (rodovia dos Imigrantes), que contornam Cuiabá e Várzea Grande; trecho entre o Posto Gil e Nova Mutum, no

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

médio-norte do estado; e travessias urbanas de Sinop e Lucas do Rio Verde. As obras devem começar ainda no primeiro semestre de 2023 e devem ser concluídas em até 8 anos. Com a troca do controle acionário, a MT Par se compromete ainda a investir R\$ 1,2 Bi de recursos próprios, o que vai garantir a retomada célere das obras de duplicação.

O documento estipula ainda uma ampliação do prazo de vigência da concessão em cinco anos, garantia de reequilíbrio econômico caso novos modais concorram com o fluxo de veículos da BR-163 e suspensão do passivo regulatório, incluindo multas aplicadas à Rota do Oeste pela inexecução de obras.

Troca de controle – Com a troca de controle acionária, a OTP deixa o comando da Rota do Oeste para a MT Par. A concessão foi vendida por R\$ 1 à sociedade de economia mista, que assume o passivo adquirido pela concessionária, de R\$ 916 Milhões, com sete bancos para execução da duplicação da BR-163, entre Itiquira e Rondonópolis.

2) TA - Termo aditivo:

Em março/22, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102 da mesma data atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-163/MT, apresentado pela Concessionária Rota do Oeste, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Adicionalmente determinou o envio do referido processo, no qual consta o requerimento de relicitação da Concessionária Rota do Oeste, ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957, de 2019.

Em maio/22, o Ministério da Infraestrutura, através da publicação da Portaria nº 24, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da rodovia da BR-163/MT – trecho entre a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e término no entroncamento com a MT-220, com o escopo da política pública e submete ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI da Presidência da República para deliberação, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Em junho/22, através da Resolução CPPI nº 235/22, o Conselho do PPI da Presidência da República opinou favoravelmente pelo envio ao Presidente da República para qualificação do empreendimento público sob Contrato de Concessão assinado pela Concessionária Rota do Oeste.

Concomitantemente ao processo do TAC o Termo Aditivo ocorre paralelamente, caso não seja atendido as expectativas quanto ao cumprimento da primeira alternativa, o TA continuará com o seu prazo processual dando cumprimento a resolução do PPI deliberada.

2.13. Gestão pela Qualidade Total

Como forma de demonstrar a capacidade da CRO em atender os requisitos legais e contratuais referentes a meio ambiente e assegurar o compromisso de melhorar continuamente seus processos, buscando a máxima eficiência ambiental, a Concessionária obteve a certificação ISO 14.001:2004 e ISO 9001:2008 em 2016, em 2017, conquistou a atualização da versão 2015 das ISOs. Em novembro de 2018, a CRO passou pelo processo de auditoria e em dezembro a recomendação para a recertificação da ISO 14.001:2015 e 9.001:2015. Em 2019 e 2020, a CRO passou pelo processo de manutenção das

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

certificações e em novembro de 2021 obteve a recertificação da ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015. Em novembro de 2022, a CRO passou pelo processo de manutenção das certificações com êxito.

2.14. Gestão de Pessoas

A base para integração de pessoas na empresa é feita sob a confiança nessas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o ano de 2022 com o efetivo de 769 integrantes diretos (não incluindo estagiários, aprendizes e o Centro de Serviços Compartilhados).

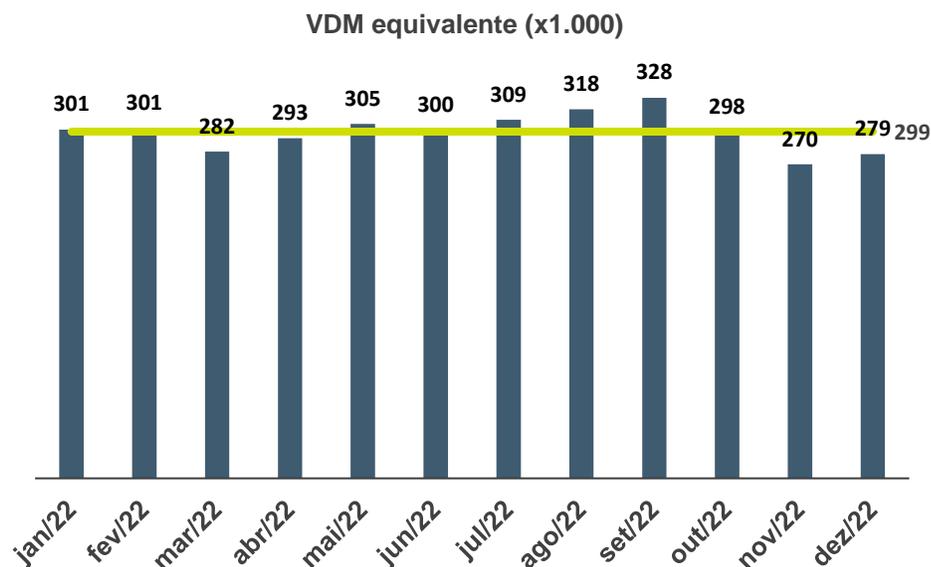
A CRO investiu na intensificação de treinamentos de Desenvolvimento de Pessoas com os programas de Formação de Sucessores, Programa Escola de Líderes, programa de, Conecta, Formação de Equipes Administrativas, Formação de Controladores, cursos específicos por áreas, totalizando mais de 90% dos integrantes treinados e capacitados, mais de 11,7 mil horas de treinamento e um montante investido de R\$ 267 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos integrantes oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

3. Indicadores Operacionais

3.1. Caracterização do Tráfego

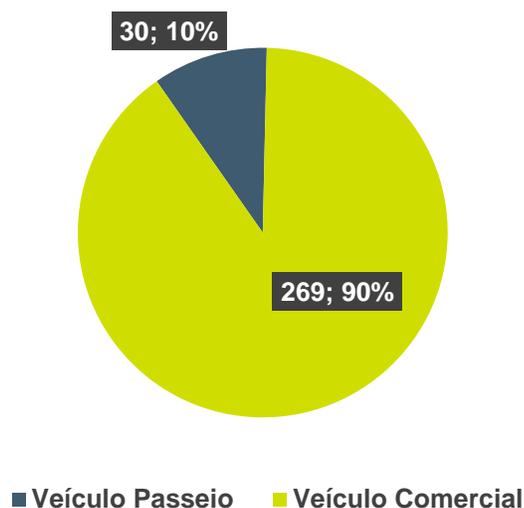
Volume

Nas figuras a seguir é apresentado o Volume Diário Médio de veículos de passeio e comercial:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

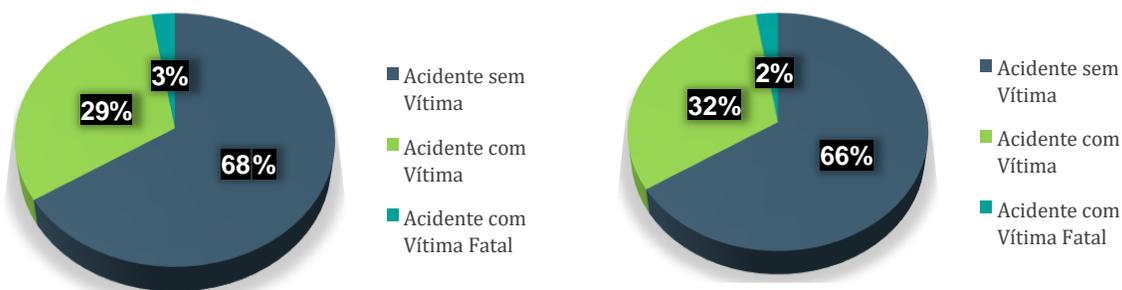
VDM equivalente por tipo de veículo (x1.000)



3.2. Segurança no Trânsito

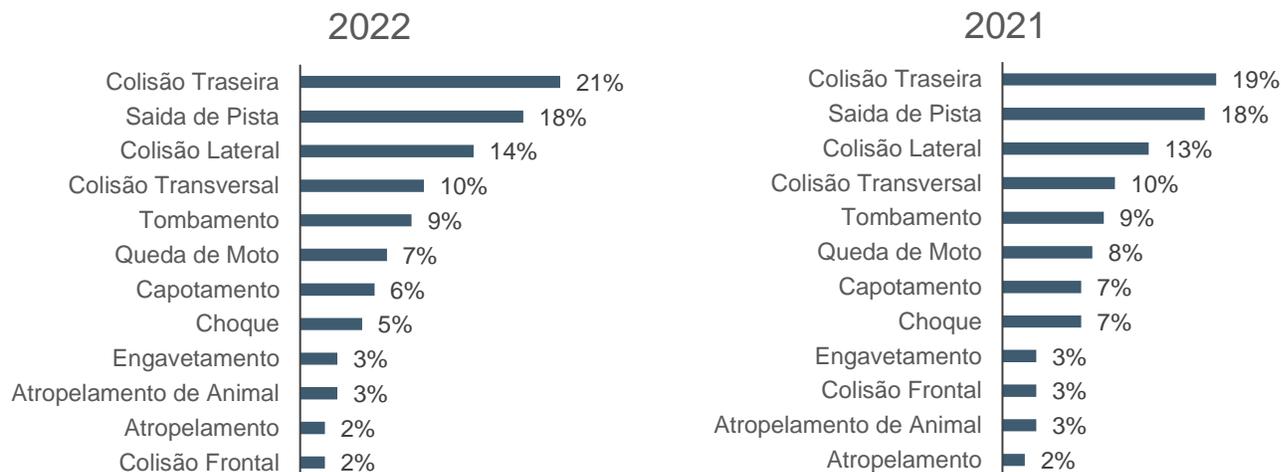
3.2.1. Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e tipo de ocorrência no exercício corrente e no exercício anterior. Percentual de acidentes por gravidade em 2022 e 2021.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A figura a seguir apresenta valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia no ano de 2022 e 2021:



3.3. Dados Operacionais da Concessão

3.3.1. Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de Veículos	Quantidade	Quantidade/Km
Ambulância de Resgate/UTI - Tipo D	5	0,6
Ambulância de Resgate - Tipo C 111/	16	1,9
Caminhão Apreensão de Animais	5	0,6
Carreta de PMV	10	1,2
Guincho Leve	22	2,6
Guincho Pesado	11	1,3
Guindauto	5	0,6
Caminhão – Pipa	5	0,6
Veículo de inspeção	25	2,9
Total de Veículos Operacionais	104	12,2
Administrativo	33	3,9
Fiscalização ANTT	3	0,4
Manutenção	21	2,5
Total de Veículos de Apoio	57	6,7
Total de Veículos Operacionais	161	18,9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3.2. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Equipe Operação	Quantidade	Pessoas/VDMA
Diretoria de Operações	9	0,27
Diretor de Operações	1	0,03
Gerente de Operações	1	0,03
Coordenador de Operações	4	0,12
Analista Administrativo	3	0,09
Centro de Controle de Operações - CCO	26	0,79
Supervisor de Operações (CCO)	1	0,03
Controlador de Centro de Controle de Operações I	5	0,15
Controlador de Centro de Controle de Operações II	16	0,49
Controlador de Centro de Controle de Operações III	4	0,12
Gestão da Frota	7	0,21
Analista de Frota	1	0,03
Técnico de Manutenção Frota	4	0,12
Assistente Administrativo	1	0,03
Estagiário	1	0,03
Equipe Operação	Quantidade	Pessoas/VDMA
Praças de Pedágio	328	9,98
Supervisor de Operações (pedágio)	3	0,09
Líder de Pedágio	33	1,00
Operador de Pedágio	269	8,19
Operador de Pedágio e Pesagem	14	0,43
Supervisor de Pesagem	1	0,03
Auxiliar de Serviços Gerais	8	0,24
Bases de Atendimento ao Usuário	220	6,70
Supervisor de Operações (tráfego)	9	0,27
Operador de Tráfego I	166	5,05
Operador de Tráfego II	42	1,28
Analista Adm de Operações Jr	3	0,09
TOTAL	590	17,96

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente a receita é obtida pela cobrança da tarifa de pedágio (Receita de Pedágio) e com a permissão para utilização da faixa de domínio da rodovia (Receita Acessória).

4.1. Receita (em R\$ mil)

Receita	2022	Acumulado
Receita de Pedágio	519.700	3.244.610
Receita Acessória	5.384	42.037
Total	525.084	3.286.647

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

4.2. Investimentos (em R\$ mil)

Investimento	2022	Acumulado
Adição de Intangível (CPC 01)	153.834	2.305.473
Total	153.834	2.305.473

4.3. Custos Operacionais (em R\$ mil)

Custos Operacionais	2022	Acumulado
Custos Operacionais (sem provisões e depreciação)	142.028	878.064
Total	142.028	878.064

4.4. ISS repassados (em R\$ mil)

ISS repassados	2022	Acumulado
ISS repassados	25.060	197.582
Total	25.060	197.582

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4.5. Tarifa**

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio vigente em 31/12/2022.

Multiplicador	Categoria	Itiquira (PP1)	Rondonópolis (PP2)	Campo Verde (PP3)	Sto.Antonio de Leverger (PP4)	Jangada (PP5)	Nobres (PP6)	Nova Mutum (PP7)	Lucas do Rio Verde (PP8)	Sorriso (PP9)
1,0	Categoria 1	R\$ 4,50	R\$ 5,10	R\$ 4,10	R\$ 4,10	R\$ 5,50	R\$ 4,60	R\$ 3,70	R\$ 4,80	R\$ 7,00
2,0	Categoria 2	R\$ 9,00	R\$ 10,20	R\$ 8,20	R\$ 8,20	R\$ 11,00	R\$ 9,20	R\$ 7,40	R\$ 9,60	R\$ 14,00
1,5	Categoria 3	R\$ 6,75	R\$ 7,60	R\$ 6,10	R\$ 6,10	R\$ 8,25	R\$ 6,90	R\$ 5,50	R\$ 7,20	R\$ 10,50
3,0	Categoria 4	R\$ 13,50	R\$ 15,30	R\$ 12,30	R\$ 12,30	R\$ 16,50	R\$ 13,80	R\$ 11,10	R\$ 14,40	R\$ 21,00
2,0	Categoria 5	R\$ 9,00	R\$ 10,20	R\$ 8,20	R\$ 8,20	R\$ 11,00	R\$ 9,20	R\$ 7,40	R\$ 9,60	R\$ 14,00
4,0	Categoria 6	R\$ 18,00	R\$ 20,40	R\$ 16,40	R\$ 16,40	R\$ 22,00	R\$ 18,40	R\$ 14,80	R\$ 19,20	R\$ 28,00
5,0	Categoria 7	R\$ 22,50	R\$ 25,50	R\$ 20,50	R\$ 20,50	R\$ 27,50	R\$ 23,00	R\$ 18,50	R\$ 24,00	R\$ 35,00
6,0	Categoria 8	R\$ 27,00	R\$ 30,60	R\$ 24,60	R\$ 24,60	R\$ 33,00	R\$ 27,60	R\$ 22,20	R\$ 28,80	R\$ 42,00
0,5	Categoria 9	R\$ 2,25	R\$ 2,50	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 2,75	R\$ 2,30	R\$ 1,80	R\$ 2,40	R\$ 3,50
7,0	Categoria 6+1	R\$ 31,50	R\$ 35,70	R\$ 28,70	R\$ 28,70	R\$ 38,50	R\$ 32,20	R\$ 25,90	R\$ 33,60	R\$ 49,00
8,0	Categoria 6+2	R\$ 36,00	R\$ 40,80	R\$ 32,80	R\$ 32,80	R\$ 44,00	R\$ 36,80	R\$ 29,60	R\$ 38,40	R\$ 56,00
9,0	Categoria 6+3	R\$ 40,50	R\$ 45,90	R\$ 36,90	R\$ 36,90	R\$ 49,50	R\$ 41,40	R\$ 33,30	R\$ 43,20	R\$ 63,00
10,0	Categoria 6+4	R\$ 45,00	R\$ 51,00	R\$ 41,00	R\$ 41,00	R\$ 55,00	R\$ 46,00	R\$ 37,00	R\$ 48,00	R\$ 70,00
1,0	Eixos Adicionais	R\$ 4,50	R\$ 5,10	R\$ 4,10	R\$ 4,10	R\$ 5,50	R\$ 4,60	R\$ 3,70	R\$ 4,80	R\$ 7,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5. Concessionária em números**

Dados Anuais e por empresa	Unidade de medida e comentário
Características da Via	
Quilômetros de Rodovia	850,9 km
Número de veículos absolutos que transitaram no ano	Leves: 11,1 milhões Pesados 15.9 milhões
Número de praças de pedágio	9
Tarifa	R\$ 5,09 / ≈ 100 km
Número de quilômetros mantidos	850,9 km
Trânsito médio diário anual equivalente	298.843
Equipes utilizadas na operação	Diretoria de Operações (9); CCO (26); Frota (7); Praças de Pedágio (328); Bases SAU's (220)
Índices de qualidade da estrada	Dc ≤ 50: 65% IGC ≤ 30: 47% IRI ≤ 2,7: 52,3%
Receita Líquida	R\$ 635.296 mil
Custos dos serviços prestados	R\$ 382.020 mil
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	769
Despesas de pessoal	R\$ 56,6 milhões
Trabalhadores Subcontratados	835
Fator Capital	
Despesas de depreciação	R\$ 66,9 milhões
Ativo líquido	R\$ 27,5 milhões
Ativo bruto	R\$ 2,1 bilhões
Série histórica dos investimentos	R\$ 2,0 bilhões
Custo de oportunidade de capital	N/A
Fator Intermediários	
Despesas em administração	R\$ 87.205 milhões
Despesas em manutenção	R\$ 153.671 milhões
Outras despesas	R\$ 58.036 milhões
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Acidente sem Vítima: 2.729 Acidente com Vítima: 1.174 Acidente com Vítima Fatal: 103
Indicadores	
Receita por KM	R\$ 747 mil/km
Custo por KM	R\$ 449 mil/km

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**6. Balanço Social****Balanço social em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022			31/12/2021		
1 - Faturamento bruto	Valor			Valor		
Receita líquida (RL)	635.296			610.926		
Resultado operacional (RO)	209.564			185.996		
1.1 - Folha de pagamento bruta (FPB)	Valor			Valor		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	43.500			41.058		
Folha de pagamento bruta: Total pago a empresas prestadoras de serviços	-			-		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% / FPB	% / RL	Valor	% / FPB	%/RL
Alimentação	6.378	14,66%	1,00%	5.209	12,69%	3,15%
Encargos sociais	8.408	19,33%	1,32%	9.934	24,20%	6,00%
Previdência privada	521	1,20%	0,08%	511	1,24%	0,31%
Saúde	5.362	12,33%	0,84%	4.347	10,59%	2,63%
Segurança e Saúde no trabalho	1.291	2,97%	0,20%	186	0,45%	0,11%
Educação	74	0,17%	0,01%	55	0,13%	0,03%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	669	1,54%	0,11%	220	0,54%	0,13%
Creches ou auxílio creche	181	-	-	14	-	-
Participação os lucros ou resultados	2.213	5,09%	0,35%	3.325	8,10%	2,01%
<u>Outros</u>	<u>157</u>	<u>0,36%</u>	<u>0,02%</u>	<u>23</u>	<u>0,06%</u>	<u>0,01%</u>
<u>Total - Indicadores sociais internos</u>	<u>254</u>	<u>57,64%</u>	<u>3,95%</u>	<u>23.824</u>	<u>57,99%</u>	<u>14,39%</u>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% / FPB	% / RL	Valor	% / FPB	% / RL
Alimentação	-	-	-	-	-	-
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-
Previdência privada	-	-	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-	-	-
Segurança e Saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	-	-	-	-	-
Creches ou auxílio creche	-	-	-	-	-	-
Participação os lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-
<u>Outros</u>	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos	-	-	-	-	-	-

Tributos (Exceto encargos sociais)	54.741	46.716
Total - Indicadores sociais externos	<u>54.741</u>	<u>46.716</u>

4 - Indicadores ambientais	Valor	Valor
Investimentos relacionados com a produção/ operação da Concessionária	1.340	1.320
Investimentos em programas e/ou projetos externos	272	296
Total de investimentos em meio ambiente	1.612	1.616

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária.

Não possui metas
 Cumprir de 0 a 50%
 Cumprir de 75 a 100%

Não possui metas
 Cumprir de 0 a 50%
 Cumprir de 75 a 100%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Indicadores do Corpo Funcional	31/12/2022	31/12/2021
Nº de colaboradores ao final do período ¹	804	816
	14% até 06 meses	6,62% até 06 meses
Tempo de serviço	14% de 06 meses a 01 ano	11,64% de 06 meses a 01 ano
	19% entre 01 a 02 anos	24,75% entre 01 a 02 anos
	31% entre 02 a 05 anos	31,62% entre 02 a 05 anos
	23% acima de 05 anos	25,37% acima de 05 anos
Nº de admissões durante o período	307	249
Nº de demissões durante o período	317	307
Nº de colaboradores terceirizados	835	900
Nº de estagiários (as)	11	14
Nº de colaboradores com até 18 anos	17	28
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	188	138
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	751	561
Nº de colaboradores acima de 45 anos	135	89
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	524	372
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	14,14%	19,30%
Remuneração paga a mulheres no período	R\$ 1.039.696,00	R\$ 826.790,00
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	35	39
% de cargos gerenciais ocupados por negros	5,05%	1,75%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	35	34
Total de horas extras trabalhadas	113.256,34	81.456,00
Total de horas extras pagas	R\$ 1.830.266,12	R\$ 950.767,00
Total de INSS pagos	4.801	6.662
Total de FGTS pago	2.507	2.279
Total de Contribuição Sindical paga	215	245
Total dos demais encargos sociais pagos	865	748
Total de ICMS recolhidos no período	2	21
Total de IR recolhido no período	603	659
Total de CSLL recolhido no período	5.722	6.327

¹ Inclui estagiários, aprendizes e o Centro de Serviços Compartilhados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Total de PIS recolhidos no período	3.268	3.110
Total de COFINS recolhidos no período	15.083	14.355
Total de outros tributos recolhidos no período	25.370	24.126

6 - Exercício da cidadania empresarial	31/12/2022	31/12/2021
Número total de acidentes de trabalho	14	17
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerencias () todos os colaboradores	() direção (x) direção e gerencias () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerencias () todos os colaboradores (x) todos + CIPA	() direção e gerencias () todos os colaboradores (x) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerencias (x) todos os colaboradores	() direção () direção e gerencias (x) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerencias (x) todos os colaboradores	() direção () direção e gerencias (x) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos () não se envolve	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos () não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() apoia (x) organiza e incentiva	() apoia (x) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	75% na Concessionária	79% na Concessionária

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	05% no PROCON 20% na Justiça	03% no PROCON 18% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	19% Governo 20% Acionistas 17% Colaboradores 44% Terceiros	19% Governo 15% Acionistas 17% Colaboradores 49% Terceiros

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital aberto registrada na categoria “B” perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da OTP Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria e o órgão executivo e de representação da Companhia, devem ser compostas de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo, nos termos do Estatuto Social, um Diretor Presidente e de Relações com Investidores e dois Diretores sem denominação específica. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

. A Rota do Oeste implantou em 2014, um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente (“Sistema de Conformidade”). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração, ii) comitê de ética, com calendário de reuniões periódicas, iii) programa contínuo de capacitação e comunicação aos integrantes, iv) processo de análise reputacional de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção, v) avaliação de riscos, vi) auditorias de processos, e vii) disponibilização de um canal de Linha de Ética gerenciado por empresa especializada e independente, para recebimento de eventuais relatos sobre Desvios de Condutas.

8. Responsabilidade Social

8.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

Em 2022 o programa de Responsabilidade Socioambiental realizou os **seguintes projetos**:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.1.1. Projeto Maio Amarelo

O projeto Maio Amarelo, ocorre paralelo ao movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito, com objetivo de colocar em pauta o tema e mobilizar a sociedade civil em ações de combate à violência no trânsito.

A fiscalização é parte das ações educativas que marcaram a campanha Maio Amarelo, que tem o objetivo de tornar o trânsito urbano e rodoviário cada vez mais seguro. Na BR-163/MT, os usuários contam com a Concessionária Rota do Oeste e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) para garantir segurança viária e compartilhar informações importantes aos motoristas com base no tema da campanha nacional de 2022, “Juntos salvamos vida”. A orientação tanto dos policiais quanto dos usuários da rodovia sobre a verificação dos freios ficou por conta de colaboradores que atuam na manutenção veicular da frota da Concessionária.

Outras ações – Durante a campanha Maio Amarelo a Rota do Oeste realizou também outras ações, como o treinamento de direção defensiva para os funcionários que fazem uso da frota da empresa. A comunidade externa também foi envolvida com palestras educativas ministradas por colaboradores. Ocorreram treinamentos em Cuiabá e em Rondonópolis onde foi demonstrado a necessidade da educação para um trânsito mais seguro.

8.1.2. Projeto Rota do Bem

O projeto Rota do Bem foi desenvolvido com objetivo de levar o conceito e exemplos de atitudes éticas aos alunos do ensino básico da rede municipal. Através de uma dinâmica lúdica e apropriada conduzida por uma equipe de animação profissional, os alunos percorrem o trecho da concessão sob responsabilidade da Companhia vivenciando experiências em que são explicados os conceitos de Compromisso, Respeito, Solidariedade, Honestidade e Ética.

Durante o ano foram realizadas 03 (três) edições do evento em escolas da rede pública municipal de Cuiabá, Rondonópolis e Lucas do Rio Verde/MT. Participaram da ação 493 alunos além de professores e integrantes da Companhia.

8.1.3. Projeto Segurança Viária

Durante o ano de 2022, foram realizadas inspeções visando a Segurança Viária e dos Usuários que trafegam pela BR-163 e BR-364. A Polícia Federal Rodoviária (PRF) em parceria com a Concessionária Rota do Oeste, realizou a fiscalização de veículos de cargas na rodovia, a fim de combater a falta de manutenção dos sistemas de freios e suspensão, bem como condutas com excesso de horas trabalhadas pelo motorista profissional, o transporte inadequado de cargas, excesso de peso, dentre outras.

Polícia Rodoviária Federal (PRF) identificou problema no sistema de frenagem em 27% dos veículos de carga fiscalizados na BR-364, região de Campo Verde, as ações contaram com apoio da Concessionária Rota do Oeste. O local foi escolhido de forma estratégica por anteceder a Serra de São Vicente (sentido Cuiabá), que tem uma geometria sinuosa, com pontos de descida, e a segurança viária está diretamente relacionada às condições mecânicas dos veículos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em agosto de 2022, foram realizados pela Polícia Federal Rodoviária (PRF) em parceria com a Concessionária Rota do Oeste (CRO), 124 veículos verificados durante as fiscalizações, 34 apresentaram deficiência no sistema de frenagem.

A ideia da fiscalização não é penalizar o motorista ou a empresa de carga, mas sim conscientizar sobre a importância da manutenção e reforçar o risco de exposição à morte trafegar em uma rodovia movimentada com problema no veículo. A Rota do Oeste e a PRF seguem reforçando a importância da manutenção veicular, apesar do alto custo, sempre lembrando que um descuido pode valer a vida do motorista ou de terceiros.

Com propósito de conscientizar os motoristas sobre a importância da Segurança Viária, a equipe da CRO ministrou palestras sobre condução segura em Rodovias Federais e Educação no trânsito, destacando a importância da direção defensiva. Durante o ano foram realizadas palestras em Autoescolas, transportadora de veículos combustível e no 18º GAC – Exército Brasileiro, com a participação de 80 pessoas.

8.1.4. Operação Disque Corta Fogo

O Disque-Corta Fogo tem como objetivo atender aos proprietários de áreas rurais à margem da BR-163. A medida da Concessionária Rota do Oeste busca simplificar o processo de autorização para remoção da vegetação da faixa de domínio da rodovia, nos pontos onde a empresa não possui a obrigação contratual de fazê-lo.

Entre os meses de junho e dezembro, o atendimento aos lindeiros à BR-163/MT que desejam realizar roçada às margens da rodovia – a mais de quatro metros de distância da pista – é facilitado pelo Disque-Corta Fogo. Basta entrar em contato pelo 0800 065 0163 e informar os dados do serviço (data, horário, localização – km, sentido em que a atividade ocorrerá e nome e telefone do responsável pela ação). A Concessionária solicita que, após o serviço, todo o material proveniente da limpeza (capim, galhos e folhas) seja retirado da faixa de domínio.

Vale destacar que a distância mínima de quatro metros da borda da pista para a atuação de terceiros é uma medida de segurança viária para evitar acidentes. Por questões contratuais, a roçada realizada permanentemente pela Rota do Oeste ao longo dos 850 quilômetros da BR-163 acontece entre o bordo da pista até quatro metros da margem em direção às cercas das propriedades. Além disso, a Concessionária realiza aceiros às margens das cercas, medida que evita o alastramento das chamas, caso ocorram.

Além de otimizar o atendimento aos ‘vizinhos’ da BR-163, a Rota do Oeste também segue com outras ações para reduzir os impactos da estiagem ao longo do trecho. Atualmente, a Concessionária possui cinco caminhões-pipa para combate a incêndios às margens da BR-163. Em 2022, um veículo a mais foi alugado especialmente neste período e está a postos para atuação na Serra de São Vicente.

A empresa reforça ainda atividades que reduzem o risco de focos de incêndio no trecho sob sua responsabilidade, como: Limpeza e remoção de lixo da rodovia, supressão vegetal, formação de aceiros e roçadas para manutenção da vegetação baixa nas margens da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.1.5. Operação Clima Tempo

Entre os meses de outubro e março, a Rota do Oeste volta os cuidados ao tempo chuvoso com a Operação Clima Tempo, que consiste na atuação estratégica em pontos com histórico de ocorrências relacionadas à chuva e no reforço das orientações aos usuários, que devem ficar ainda mais atentos à direção defensiva. Nos trechos identificados como 'áreas quentes', as equipes de inspeção de tráfego estão ainda mais atentas para realizar a sinalização da pista para evitar sinistros e prestar atendimento aos usuários que percorrem a rodovia sob chuva.

Na tentativa de mitigar as ocorrências causadas pelas chuvas as ações tomadas pela Concessionária são a troca de informação meteorológica entre as equipes operacionais e o Centro de Controle Operacional (CCO), intensificação da limpeza e desobstrução dos bueiros e canaletas da rodovia, maior atenção ao recolhimento de resíduos na pista, posicionamento estratégico de viaturas, adoção de sinalização luminosa, utilização de alertas em Painéis de Mensagem Variável (PMV) fixos e móveis com mensagens educativas e posicionamento dos PMV móvel em locais estratégicos.

A Concessionária conta com um amplo aparato de veículos de apoio e colaboradores posicionados estrategicamente para auxiliar na Operação Clima Tempo, além da sinalização reforçada e informações repassadas aos usuários nas praças de pedágio. São mais de 70 veículos dentre ambulâncias, guinchos, inspeção e caminhões percorrendo a BR-163/MT 24 horas por dia. O resgate operacional pode ser solicitado pelo 0800 065 0163 por usuários que necessitem de apoio.

8.1.6. Dia do Caminhoneiro

Os motoristas profissionais que percorrem a BR-163/MT tiveram um Dia do Caminhoneiro (16 de setembro) diferenciado nas unidades da Inpasa de Sinop e Nova Mutum, onde puderam desfrutar de ações e serviços gratuitos em comemoração à data. A Concessionária Rota do Oeste participou do evento nas duas unidades instaladas no trecho sob concessão.

Para a comemoração ao Dia do Caminhoneiro da Inpasa Brasil, a Rota do Oeste disponibilizou ambulâncias de sua frota e aplicação de vacina contra o vírus H3N2. A ouvidoria itinerante da CRO também estava presente para dialogar com os motoristas pessoalmente e a equipe de segurança do trabalho levou um simulador de uso de álcool para ações educativas. Já a equipe de Tráfego da BR-163 sob concessão ministrou palestra sobre segurança viária.

Foram obtidas 59 amostras em Nova Mutum e 57 em Sinop, totalizando 116 questionários preenchidos pelos usuários.

9. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, as demonstrações contábeis da CRO referente ao exercício de 2022 foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes "(BDO)", mediante contrato de prestação de serviços firmado no valor de R\$ 217.400. Durante o período auditado a BDO não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira vigente, a partir de demonstrações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

10. Agradecimentos

A administração da CRO registra seu agradecimento aos seus integrantes, aos acionistas, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, às instituições financeiras que apoiam o programa de investimentos e a Polícia Rodoviária Federal que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

Conselho de Administração

Felipe Montoro Jens	Presidente
Paulo Henrique dos Santos Quaresma	Membro titular
João Milton Da Veiga Pereira	Membro titular

Diretoria Executiva

Júlio César Duarte Perdigão	Diretor Presidente e Diretor Relações com Investidores
Adriano Lima Ferreira	Diretor Administrativo-Financeiro
João Milton Da Veiga Pereira	Diretor Jurídico

Gerente de Contabilidade

Ademir Carbonez	CRC 1SP168398/O-7 SP
-----------------	----------------------

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***1. Informações gerais**

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e da BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada diretamente pela OTP Rodovias S.A. (“OTP Rodovias”) e indiretamente pela OTP S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia Aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Tratativas para solução do Contrato – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo inicialmente contratados, porém, a deterioração do cenário econômico e político do País, à época, trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a Companhia tem buscado alternativas junto ao Poder Concedente para solução do Contrato de Concessão, amparada pela regulação do setor de rodovias, que passou por diversas mudanças nos últimos anos.

Dentre as principais mudanças que ocorreram, podemos destacar: **(i)** edição da Medida Provisória 752/2017, convertida na Lei Federal nº 13.448/2017 (“Lei da Relicitação”), regulamentada pelo decreto Federal nº 9.957/2019, passando a permitir a extinção amigável dos

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratos de concessão e sua relicitação, **(ii)** Resolução ANTT nº 5.860/2019, que regula os critérios de indenização em caso de rescisão antecipada dos contratos de Concessão, **(iii)** Resolução ANTT nº 5.823/2018, regulamentada pela Portaria ANTT nº 24/2021, que define os elementos na instrução e propositura de celebração de termos de ajuste de conduta para saneamento de inexecuções contratuais, e **(iv)** Resolução ANTT 5.935/2021, que regulamenta a hipótese de caducidade para processo de extinção dos contratos de concessão, define ritos e procedimentos para apresentação de plano de trabalho para correção das falhas e transgressões, **(v)** Resolução ANTT 5.926/2021 que estabelece diretrizes para encerramento, relicitação e extensão dos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária sob competência da ANTT.

Em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, que determina que a Companhia em 30 dias realize um plano de trabalho para retomada dos investimentos, e no prazo de até 180 dias, concluir determinadas obras e, em caso de descumprimento, realizaria a instauração do processo administrativo de caducidade.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou a proposta de dois Termos de Ajuste de Conduta ("TAC") para saneamento das inexecuções contratuais "TAC Plano de Ação" e "TAC Multas".

Em 21 de outubro de 2021, a ANTT instaurou o processo administrativo de Caducidade. Em 09 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou resposta ao processo de Caducidade e encaminhou requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017.

Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102 da mesma data, atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-163/MT, apresentado pela Concessionária Rota do Oeste nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019. Adicionalmente, determinou o envio do referido processo ao Ministério da Infraestrutura.

Em 05 de maio de 2022, o Ministério da Infraestrutura, através da publicação da Portaria nº 24, declara a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da rodovia da BR-163/MT - trecho entre a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e término no entroncamento com a MT-220, com o escopo da política pública e submete ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República para deliberação, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Em 02 de junho de 2022, através da Resolução CPPI nº 235/22, o Conselho do PPI da Presidência da República opinou favoravelmente pelo envio ao Presidente da República para qualificação do empreendimento público sob Contrato de Concessão assinado pela Concessionária Rota do Oeste.

Como parte das tratativas da Companhia junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, em 23 de agosto de 2022, a CRO protocolou na Agência requerimento para anuência da Troca de Controle, apresentando nova versão de Termo de Ajustamento de Conduta. A

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

proposta tramitou em procedimento administrativo de análise do Poder Concedente e, de modo paralelo, tramitou sob o rito de acompanhamento no respectivo Órgão de Controle – TCU, resultando no Acórdão nº 2139/2022, com a conclusão unânime da Corte da inexistência de óbice para a celebração do TAC.

No dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação (“TAC Plano de Ação”), condicionado a troca de controle acionário da Companhia, condição que permanece sob análise da ANTT. O TAC Plano de Ação contempla dentre outros aspectos: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT.

Em continuidade ao requerimento de devolução amigável protocolado em 9 de dezembro de 2021, que culminou na publicação do Decreto presidencial nº 11.122/2022, que qualifica o empreendimento da BR-163/MT para fins de relicitação, no dia 05 de outubro de 2022, a CRO celebrou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 (“TA Relicitação”) nos termos da Lei 13.448/2017, que passará a vigor em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, com a condição resolutiva de extinção, quando efetivados requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação.

No dia 05 de dezembro de 2022, após Deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT nº 363, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, acrescentando 60 (sessenta) dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (TA Relicitação). A prorrogação do início da vigência do TA Relicitação visa permitir que se concluam os trâmites previstos no TAC Plano de Ação - em especial a transferência de controle societário da Companhia à MT Participações e Projetos S.A – MTPAR.

No dia 14 de dezembro de 2022, em sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi aprovado o projeto de Lei nº 963/2022, que altera a Lei Orçamentária Anual do Estado de Mato Grosso para o ano de 2023, acrescentando no orçamento fiscal da MTPAR crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para atender as despesas de transferência do controle acionário da Companhia e os investimentos previstos no TAC Plano de Ação.

Com isso, a ANTT manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da Companhia para a MT Participações e Projetos S/A (“MTPAR”) na reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, nos termos da Deliberação nº 382 publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2022, condicionado à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo governo do estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta - Plano de Ação (TAC) e (ii) integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o atual acionista.

O TA Relicitação extingue-se quando e se efetivadas as condições de eficácia do TAC Plano de Ação, entre as quais: (i) o saneamento dos passivos da Companhia perante os atuais credores com recursos diretamente do novo acionista; (ii) anuência da ANTT para a transferência do controle societário da concessionária e (iii) a conclusão da governança da controladora da

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia, que ainda deverá deliberar pela aprovação da alienação das ações da Companhia para a MT Participações e Projetos S/A – MT PAR, sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Mato Grosso.

Caso o TAC Plano de Ação não atinja sua eficácia, o TA Relicitação iniciará sua vigência e, ao final, haverá compensação entre o valor estimado para a indenização da Companhia e o montante previsto para pagamento dos autos de infração e demais processos que resultem em algum crédito do Poder Concedente com a CRO.

Passivo Regulatório – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. A Administração da Companhia entende que as penalidades, se impostas ou confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, o painel arbitral já instaurado.

Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela Companhia, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos ou ainda, que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual n.º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO.

A arbitragem, atualmente, encontra-se em fase instrutória, as provas deferidas até o momento: Perícias i) econômico e financeira; ii) ambiental; iii) avaliação de imóveis; iv) engenharia de rodovias. A última movimentação no processo arbitral se refere ao deferimento, a pedido das Partes, da suspensão do procedimento até 17 de fevereiro de 2023 que, caso seja retomado, incorrerá o prazo para as partes se pronunciarem sobre a manifestação apresentada a respeito do conteúdo preliminar do laudo pericial emitido pelos peritos, além de impugnação aos quesitos complementares apresentados por cada Parte.

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após a manifestação da União e ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União (“TCU”) na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020. Referida liminar requerida no âmbito recursal foi indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021,

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

permanece vigente até que se conclua o devido processo administrativo junto à ANTT.

De modo a preservar a estabilidade do patamar tarifário, o TAC Plano de Ação firmado com a ANTT no dia 04 de outubro de 2022, estabelece como obrigação da ANTT: (i) a solicitação de autorização do TCU para suspensão, durante todo o período do TAC, dos impactos econômicos e financeiros decorrentes das determinações já exaradas ou ainda a ser proferidas pela Corte de Contas nos Processos TC nº 032.830/2016-5 e 023.217/2015-4 e (ii) acolhimento pelo TCU dos requerimentos formulados pela ANTT sobre a suspensão dos eventuais impactos econômico-financeiros dos processos em tramitação sem qualquer impacto tarifário, durante todo o período de execução do TAC. Em 16 de dezembro de 2022 a ANTT requereu ao TCU a extinção do processo e seu arquivamento após comprovação do efetivo cumprimento do TAC.

Desta forma, ainda não há como determinar como a Companhia será afetada pelos resultados das discussões que envolvem o passivo regulatório e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias e, conseqüentemente, se suas demonstrações financeiras serão impactadas.

Capital circulante líquido negativo

Diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES, a mesma celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, enquanto se discute junto ao Poder Concedente alternativa para solução do Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante da Companhia excede o seu ativo circulante em R\$ 931.063 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 995.405), principalmente, em virtude do financiamento de curto prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de dívida, sub-rogação e outras avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V.

Governança e Compliance

A Companhia possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Sistema este que foi monitorado e certificado pelas autoridades nacionais e internacionais, em função dos acordos de leniência firmados por sua Controladora – Novonor S.A.

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se haverá algum impacto para a Companhia oriundo dos resultados do referido Acordo e seus eventuais desdobramentos. A Administração, neste momento, entende que tais

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efeitos, caso eventualmente existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022.

COVID-19

Durante o período de pandemia, a Companhia monitorou os impactos causados pela Covid-19, e adotou todas as medidas necessárias para a preservação da saúde e da segurança de seus empregados e de seus usuários, e buscou assegurar o caixa necessário para manutenção das suas operações.

A Administração da Companhia, não identificou impactos na demanda de tráfego em 2022 por efeitos da pandemia de Covid-19, tendo operado todo o exercício com patamares anteriores ao da crise sanitária no Estado de Mato Grosso.

2. Políticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2023.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e encontram-se registradas ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (nota explicativa nº 8), “Contas a receber” (nota explicativa nº 9) e “Outros ativos”, e ao valor justo por meio do resultado o saldo de “Aplicações financeiras”.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são posteriormente mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, é registrada como ativo intangível na medida em que a Concessionária tem acesso para construir e ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados aos investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 14.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

l) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

m) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

p) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01 (R1)

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - "Contratos de concessão".

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão de acordo com a ICPC 01 (R1), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A Administração entende, baseada em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2022	2021	2022	2021	2022	2021
153.671	150.453	(153.671)	(150.453)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

q) Benefícios a empregados**Obrigações de aposentadoria**

A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência, entidade fechada de previdência privada. A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definido, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – “Benefícios a empregados”.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

s) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por se tratar de implantação de empreendimento a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

t) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

2.4. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.5. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, conforme segue:

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) – A partir de 1º de janeiro de 2023;
- IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º de janeiro de 2023;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e *IFRS Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8);

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Imposto diferido relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12)
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16)
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) e;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 11.)

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outros similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção, motivo pelo qual a Companhia adotou a margem de construção igual a 0 (zero).

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	-	17.547	3.979
Fornecedores - partes relacionadas	11	389	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	456.138
Empréstimos e financiamentos	16	953.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	-	18.961	4.356
Fornecedores - partes relacionadas	11	109.595	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	466.190
Empréstimos e financiamentos	16	950.262	-

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outros passivos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças (“Instrumento da Inação”), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, detalhado na nota explicativa nº 16, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Depósito Interfinanceiros (DI), em substituição à Taxa de Longo Prazo (TLP).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM no 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
TJLP (*)	7,2%	6,2%	4,9%	4,7%	4,6%	4,6%
CDI (*)	13,3%	10,6%	9,2%	7,4%	6,3%	6,3%

(*) Fonte: Projeção 4intelligence – 31/12/2022.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	5,4%	6,7%	8,0%
CDI (*)	8,9%	11,1%	13,3%

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2023 a 2028 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Empréstimo Ponte CEF	mai/19	Alta TJLP	48.787.310	49.749.682	50.714.591

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Instrumento de Inação	ago/22	Alta CDI	153.460.359	164.988.528	176.363.500

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	Nota	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	16	953.074	950.262
Arrendamento mercantil operacional	17	10.479	11.848
Caixa e equivalentes de caixa	8	(27.548)	(76.788)
Dívida líquida		936.005	885.322
Total do patrimônio líquido	22	489.405	407.395
Total do capital próprio e de terceiros		1.425.410	1.292.717
Índice de alavancagem financeira - %		66%	68%

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	8	27.548	76.788
Contas a receber	9	28.420	23.640
Contas a receber - partes relacionadas	11	148	382
		56.116	100.810
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	16	953.074	950.262
Arrendamento mercantil operacional	17	10.479	11.848
Fornecedores	-	21.526	23.317
Fornecedores - partes relacionadas	11	389	109.595
Mútuos - partes relacionadas	11	456.138	466.190
Outros passivos	19	9.922	6.653
		1.451.528	1.567.865

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber		
Pedágios	28.121	23.418
Receitas acessórias	299	222
Total de contas a receber	<u>28.420</u>	<u>23.640</u>
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	3	3
Numerários em trânsito	422	302
Fundo de troco	521	537
Bancos conta movimento	7.317	4.199
Aplicações financeiras	19.285	71.747
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>27.548</u>	<u>76.788</u>

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa geral	3	3
Numerários em trânsito	422	302
Fundo de troco	521	537
Bancos conta movimento	7.317	4.199
Aplicações financeiras (i)	19.285	71.747
	<u>27.548</u>	<u>76.788</u>

- (i) As aplicações financeiras são de baixo risco e tem liquidez imediata, remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). O percentual médio de remuneração para as aplicações financeiras mantidas em 31 de dezembro de 2022 é de 96% a 103% do CDI.

9. Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI")</i>	24.392	20.207
Receitas acessórias	299	222
Vale pedágio	3.729	3.211
	<u>28.420</u>	<u>23.640</u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

10. Despesas antecipadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Seguros a apropriar	4.909	4.011
Vale alimentação	749	-
	<u>5.658</u>	<u>4.011</u>
Ativo circulante	5.658	3.981
Ativo não circulante	-	30

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***11. Partes relacionadas**

	Ativo		Passivo	
	Adiantamento a fornecedores	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (vi)	-	-	2	-
OTP Rodovias S.A. (i) (ii)	-	148	260	388.476
OTP S.A. (iii)	-	-	-	67.662
Vexty Previdência ("Vexty") (v)	-	-	127	-
31 de dezembro de 2022	-	148	389	456.138
31 de dezembro de 2021	71.402	382	109.595	466.190

	Resultado		
	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Resultado financeiro
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (vi)	928	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (vii)	-	-	(31.924)
OTP Rodovias S.A. (vi)	11.213	-	-
OTP S.A. (iii) (iv)	153	-	9.180
Vexty Previdência ("Vexty") (v)	-	521	-
31 de dezembro de 2022	12.294	521	(22.744)
31 de dezembro de 2021	13.779	507	19.290

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo as operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

(i) OTP Rodovias S.A.

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	2022	2021
30/12/2015	(a)	125% do CDI	234.460	234.460
23/02/2016	(b)	125% do CDI	30.024	30.024
14/03/2016	(b)	125% do CDI	23.487	23.487
28/03/2016	(b)	125% do CDI	31.131	31.131
08/07/2016	(c)	125% do CDI	29.705	29.705
06/06/2019	(d)	125% do CDI	13.251	13.251
18/06/2019	(e)	125% do CDI	26.418	26.418
09/06/2021	(f)	125% do CDI	-	19.232
Total			388.476	407.708

- a)** Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a OTP Rodovias;
- b)** Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controlada direta OTP Rodovias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia.

Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista OTP Rodovias;

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a OTP Rodovias;
- d) Em 06 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias, no valor de R\$ 12.353, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto a CEF;
- e) Em 18 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias, no valor de R\$ 24.707, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto ao BNDES;
- f) Em 09 de junho de 2021, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias no valor de R\$ 19.338, com fim específico de quitação parcial do Instrumento de Inação. Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia integralizou ao seu Capital Social o montante reconhecido no contrato de mútuo.

Os mútuos estão subordinados a quitação da Obrigação de Reembolso das Fianças Honradas, sendo negociadas no âmbito dos Instrumentos de Inação com o Credores Sub-rogados. O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos foram exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia e pagamentos parciais das dívidas.

Conforme último aditivo firmado entre as partes e subordinados aos credores do CPG – Contrato de Prestação de Garantia da CRO, as partes concordaram em não haver incidência de juros a partir de 1º de novembro de 2020, até notificação da OTP Rodovias à CRO com cópia para os credores informando sobre o retorno da incidência da remuneração.

(ii) Os valores apresentados decorrem de repasses referente a movimentações trabalhistas.

(iii) OTP S.A.

Data de liberação	Taxa de remuneração	2022	2021
24/06/2016	125% do CDI	67.662	58.482
		67.662	58.482

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

O mútuo que antes estava subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, está atualmente sub-rogado através de Instrumentos de Inação junto aos Credores. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso a Obrigação de Reembolso seja primeiramente quitado junto aos Credores.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.180 de juros sobre o contrato de mútuo.

(iv) Refere-se ao rateio de despesas com locação de imóvel.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(v) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia.

(vi) Refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados.

(vii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (EPC), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECl, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia.

O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos. A contratação da OECl para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Até 31 de março de 2019, este contrato possuía um seguro garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT. Esse seguro não foi renovado, em virtude da suspensão do contrato EPC.

Em 07 dezembro de 2022, a Companhia celebrou termo de encerramento relativo ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema Rodoviário composto por trechos da Rodovia BR-163/MT, no qual as partes acordaram em formalizar a rescisão do Contrato CRO e o encerramento das Pendências CRO, com extinção de direitos e obrigações e outorga de quitações amplas e recíprocas em relação aos seus respectivos direitos e obrigações.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e ao Conselho de Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalizaram:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários	4.752	6.016
Encargos	485	731
Previdência complementar	96	120
Outros	102	81
	<u>5.435</u>	<u>6.948</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***12. Imposto de renda e contribuição social diferidos****Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Ativo (passivo) fiscal diferido	2022	2021
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(28.430)	(30.506)
Prejuízo/(lucro) fiscal (*)	-	7.314
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	48.141	45.197
Outras diferenças temporárias	6.936	8.073
	26.647	30.078

(*) A realização total do saldo dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, amortizado para fins tributários, ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

13. Imobilizado**a) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2022	2021
Computadores e periféricos	5	2.984	(2.561)	423	624
Equipamentos e instalações	10	1.044	(628)	416	486
Móveis e utensílios	5 a 10	671	(521)	150	183
Veículos	20	2.438	(1.898)	540	971
		7.137	(5.608)	1.529	2.264

b) Movimentação

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	2.968	978	647	2.438	7.031
Depreciação acumulada	(2.344)	(492)	(464)	(1.467)	(4.767)
31 de dezembro de 2021	624	486	183	971	2.264
Adições	47	66	24	-	137
Baixas	(4)	-	-	-	(4)
Depreciação	(244)	(136)	(57)	(431)	(868)
Saldo contábil	423	416	150	540	1.529
Custo	2.984	1.044	671	2.438	7.137
Depreciação acumulada	(2.561)	(628)	(521)	(1.898)	(5.608)
31 de dezembro de 2022	423	416	150	540	1.529

Taxas anuais de depreciação (%)	5	10	5 a 10	20
---------------------------------	---	----	--------	----

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo dos serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos exercícios, conforme notas explicativas nº 24 e 25.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***14. Intangível****a) Infraestrutura**

	<u>Recuperação</u>	<u>Operação</u>	<u>Melhoramentos</u>	<u>Software</u>	<u>Direito de uso de arrendamento</u>	<u>Redução ao valor recuperável</u>	<u>Total</u>
Custo	1.133.171	98.645	888.822	4.341	45.407	-	2.170.386
Amortização	(112.530)	(20.327)	(89.682)	(1.202)	(34.280)	-	(258.021)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.020.641	78.318	799.140	3.139	11.127	(12.014)	1.900.351
Adições	110.608	5.486	26.769	560	10.411	-	153.834
Amortização	(29.662)	(5.934)	(21.948)	(881)	(11.347)	-	(69.772)
Baixas	-	(217)	-	-	-	-	(217)
Transferência	(932)	116	-	-	-	-	(816)
Saldo contábil	1.100.655	77.769	803.961	2.818	10.191	(12.014)	1.983.380
Custo	1.242.845	103.597	915.591	4.901	55.930	-	2.322.864
Amortização	(142.190)	(25.828)	(111.630)	(2.083)	(45.739)	-	(327.470)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.100.655	77.769	803.961	2.818	10.191	(12.014)	1.983.380

Taxas anuais de amortização (%) (ii)

20

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, foi realizado um levantamento de inventário, o qual ensejou em sobras contábeis e físicas, que motivou a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.
- (ii) Os demais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação e melhoramentos, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01 (R1) - "Contrato de concessão". O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- Recuperação**

A descrição da rubrica "Recuperação" consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- **Operação**

A descrição da rubrica “Operação” consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

b) Direito de uso sobre arrendamento

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	11.127	9.733
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	10.411	12.988
Amortização dos contratos de arrendamento operacional (*)	(9.430)	(11.592)
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(1.917)	(2)
	<u>10.191</u>	<u>11.127</u>

(*) Do montante de R\$ 9.430, foram capitalizados ao ativo intangível, custos de amortização no montante de R\$ 1.817, no exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado do exercício, conforme notas explicativas 24 e 25.

15. Ativo de contrato

	<u>Recuperação</u>	<u>Operação</u>	<u>Melhoramentos</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Custo	12.149	62	12.131	53	72.043	96.438
31 de dezembro de 2021	<u>12.149</u>	<u>62</u>	<u>12.131</u>	<u>53</u>	<u>72.043</u>	<u>96.438</u>
Adições	8.238	-	2.454	331	-	11.023
Baixas	-	-	-	-	(71.409)	(71.409)
Transferência	932	-	-	-	(116)	816
Saldo contábil	<u>21.319</u>	<u>62</u>	<u>14.585</u>	<u>384</u>	<u>518</u>	<u>36.868</u>
Custo	21.319	62	14.585	384	518	36.868
31 de dezembro de 2022	<u>21.319</u>	<u>62</u>	<u>14.585</u>	<u>384</u>	<u>518</u>	<u>36.868</u>

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

16. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2022	2021
Empréstimo Caixa Econômica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	323.785	333.343
Empréstimo Banco ABC Brasil S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	28.068	28.925
Empréstimo Banco Credit Agricole Brasil S (c)	R\$	DI + 5,20%	114.295	117.782
Empréstimo Banco do Brasil (c)	R\$	DI + 5,20%	149.769	139.542
Empréstimo Banco Itaú S.A. (c)	R\$	DI + 2,10%	78.670	81.877
Empréstimo Banco Pine S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	79.567	81.994
Empréstimo ING BANK N.V. (c)	R\$	DI + 5,20%	178.920	166.799
			953.074	950.262

a) Movimentação

	2022	2021
Saldo inicial	950.262	941.072
Juros provisionados	160.439	105.013
Juros pagos	(54.758)	(48.834)
Amortização do principal	(102.869)	(52.276)
Custo de transação	(1.990)	(4.496)
Amortização do custo de transação	1.990	9.783
Saldo final	953.074	950.262

b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidiriam juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento original do Contrato para principal e juros do financiamento estava previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 1º de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Nesse aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal.

A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente foi efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro de 2018 para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020).

Desde maio de 2019 o Contrato de Financiamento permanece vencido, e novo aditivo contratual está em negociação junto a CEF e demais Credores sub-rogados.

Em 06 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 12.121 à CEF como amortização do principal do empréstimo ponte.

Em 23 de setembro de 2020, ocorreu o resgate de R\$ 118.226, equivalente à somatória disponível no Fundo Atlântico gerido pela CEF e na Conta Principal do Projeto, vinculada à CEF, para amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF.

Em 21 de outubro de 2021, foi realizado pagamento de R\$ 9.524 destinado para amortização extraordinária do Contrato Ponte CEF.

Em 04 de janeiro de 2022 foi realizado pagamento de R\$ 6.098 destinado para atingimento da isonomia de saldos da dívida, reconhecido como amortização extraordinária do Contrato Ponte CEF.

Desde a amortização extraordinária de janeiro de 2022, a Companhia realiza pagamentos mensais parciais de amortização do saldo devedor junto a CEF.

c) Instrumento de Inação

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Brasil S.A., e ING Bank N.V, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES. Em decorrência do pagamento do BNDES, os Credores e o Banco do Brasil S.A. se sub-rogaram na qualidade de credores da CRO para todos os fins de direito.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V., com as condições, para: **(i)** que a participação na Dívida Consolidada aplica ao Banco do Brasil 20,67%, ao Crédit Agricole 20,67%, ao Itaú 14,39%, ao Pine 14,39%, ao ABC 5,08% e ao ING 24,80%; **(ii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20%; **(iii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10%; **(iv)** o montante de 3,5% ao ano do valor de principal da Dívida Consolidada, conforme as Participações aplicáveis a cada Credor; e **(v)** partes poderão acordar uma extensão do Período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022, sem necessidade de Aditamento ao Instrumento.

Em maio de 2020, a Companhia obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020.

Em novembro de 2020, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 14.064, ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação.

Em 09 de junho de 2021, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 18.975, aos Bancos Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida, recursos estes oriundos de recebimentos da alienação de mútuo OTP Rodovias (nota explicativa nº 11).

Em 04 de janeiro de 2022 foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 23.102 aos Bancos sub-rogadores, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida, a fim de atingimento da Isonomia de Saldos Devedores com a CEF.

Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	-	5.287
Custos incorridos	1.990	4.496
(-) Amortizações	(1.990)	(9.783)
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>

e) Garantias

Os contratos de financiamentos com a CEF e Instrumento de Inação com os Bancos Credores, detém como garantia fidejussória fiança corporativa da Controladora Indireta da Companhia, OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

17. Arrendamento mercantil operacional

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	11.848	10.614
Adições	10.411	12.988
Apropriação de juros	651	615
Baixas	(12.431)	(12.369)
Saldo final	<u>10.479</u>	<u>11.848</u>
Passivo circulante	5.244	9.053
Passivo não circulante	5.235	2.795

Foram acrescidos aos ativos intangíveis os encargos financeiros no montante de R\$ 77 em 31 de dezembro de 2022.

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a.

18. Salários e encargos sociais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Encargos sociais e trabalhistas	5.303	4.790
Participação nos lucros e resultados	6.759	7.782
	<u>12.062</u>	<u>12.572</u>

19. Outros passivos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Multa (i)	4.149	4.641
Seguros a pagar	5.770	2.005
Outras contas a pagar	3	7
	<u>9.922</u>	<u>6.653</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Passivo circulante	7.004	3.100
Passivo não circulante	2.918	3.553

- (i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

20. Provisão para contingências

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reclamações cíveis	2.531	3.176
Reclamações trabalhistas	153	59
	<u>2.684</u>	<u>3.235</u>

a) Movimentação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	3.235	5.076
Provisão	2.592	2.274
Reversão	(3.143)	(4.115)
Saldo final	2.684	3.235

A Companhia tem ações de naturezas cíveis no montante de R\$ 17.149 e trabalhista no montante de R\$ 1.516, totalizando o montante de R\$ 18.665 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 10.905).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta R\$ 3.251 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.982) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente aos processos de ações trabalhistas e cíveis.

21. Provisão para conserva especial**a) Composição**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de conserva especial	162.746	150.899
	<u>162.746</u>	<u>150.899</u>

b) Movimentação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	150.899	105.194
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(4.035)	(9.904)
Provisão de conserva especial	29.161	55.609
Baixa de provisão de conserva especial	(13.279)	-
Saldo final	162.746	150.899

Em decorrência das tratativas apresentadas pela Companhia para a retomada dos investimentos contratuais, com a celebração do TAC Plano de Ação e o TA Relicitação, detalhado na nota explicativa nº 01, a Administração optou pela suspensão das provisões de conserva especial a partir do terceiro trimestre do exercício de 2022.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso efetivadas as condições do TAC Plano de Ação, com a troca de controle acionário da Companhia, a provisão será reavaliada de acordo com o novo cronograma de obras.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 392.058 (R\$ 373.082 em 31 de dezembro de 2021), representado por 392.057.642 (373.082.073 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista OTP Rodovias.

Em 28 de janeiro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 18.976, mediante a emissão de 18.976 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, realizada pela acionista (“OTP Rodovias”), passando o capital da Companhia para 392.058, dividido em 392.057.642 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

Consoante Lei Complementar no 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta o montante de R\$ 39.887 (R\$ 25.554 em 31 de dezembro de 2021) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(ii) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R\$ 3.853 (R\$ 1.418 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R\$ 53.607 (R\$ 7.341 em 31 de dezembro de 2021).

(iv) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não realizou a destinação de dividendos anuais obrigatórios aos acionistas em atendimento às cláusulas contratuais (*covenants*) do Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças, onde a Companhia se abriga a não distribuir quaisquer recursos a integrantes do mesmo grupo econômico.

A Companhia destaca que não tem histórico de pagamento de dividendos e JSCP aos acionistas desde sua constituição.

23. Receita líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas acessórias	5.384	5.001
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	344.167	307.747
Receitas de vale pedágio (ii)	77.838	67.585
Receitas em numerário	97.695	121.598
Receita operacional	<u>525.084</u>	<u>501.931</u>
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	153.671	150.453
Receita bruta	<u>678.755</u>	<u>652.384</u>
Tributos sobre serviços de operação	(43.411)	(41.420)
Outras deduções	(48)	(38)
Receita líquida	<u>635.296</u>	<u>610.926</u>

(i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;

(ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas;

- (iii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reconheceu, R\$ 153.671 e R\$ 150.453, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura.

24. Custo dos serviços

	2022	2021
Aluguéis	(1.734)	(2.746)
Depreciação e amortização	(64.380)	(57.509)
Gastos gerais	(14.751)	(9.684)
Materiais	(21.106)	(16.938)
Provisão para conserva especial	(21.941)	(41.964)
Salários e encargos	(43.224)	(40.530)
Seguros	(20.140)	(18.648)
Serviços de terceiros	(41.073)	(40.676)
	(228.349)	(228.695)
Custo de construção ICPC 01-R1	(153.671)	(150.453)
	(382.020)	(379.148)

25. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Depreciação e amortização	(2.526)	(1.779)
Despesa com veículos	(130)	(245)
Despesas com viagens	(1.154)	(481)
Gastos gerais	(3.374)	(2.060)
Materiais e equipamentos	(1.588)	(3.072)
Provisão para contingências	551	1.841
Salários e encargos	(16.864)	(17.372)
Serviços de terceiros	(18.138)	(17.822)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(1.370)	(1.201)
	(44.593)	(42.191)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Custo na venda de imobilizado	(183)	(273)
Multas (i)	(716)	(4.220)
Outras receitas	1.129	476
Receita na venda de imobilizado	535	259
Venda de sucata	116	171
	881	(3.587)

- (i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

27. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.647	2.903
Outras	1.267	819
	3.914	3.722
Despesas financeiras		

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ajuste a valor presente	(3.185)	(3.741)
Arrendamento mercantil operacional	(60)	(510)
Custos de transação	(1.990)	(10.005)
Juros sobre atraso (i)	36.395	(16.446)
Juros sobre empréstimos	(160.439)	(105.013)
Juros sobre mútuos	(9.180)	(3.061)
Outras	(1.678)	(1.452)
	(140.137)	(140.228)
Resultado financeiro, líquido	(136.223)	(136.506)

- (i) Valor decorrente do termo de encerramento relativo ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema Rodoviário composto por trechos da Rodovia BR-163/MT, no qual as partes acordaram em formalizar a rescisão do Contrato CRO e o encerramento das Pendências CRO, com extinção de direitos e obrigações e outorga de quitações amplas e recíprocas em relação aos seus respectivos direitos e obrigações, conforme nota explicativa nº 11.

28. Imposto de renda e contribuição social correntes**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2022		2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.341	73.341	49.494	49.494
Adições temporárias	49.103	49.103	73.718	73.718
Adições permanentes	145	145	110	110
Exclusões	(37.503)	(37.503)	(25.919)	(25.919)
Lucro real	85.086	85.086	97.403	97.403
Compensação de prejuízo fiscal	(21.512)	(21.512)	(29.221)	(29.221)
Base cálculo	63.574	63.574	68.182	68.182
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	15.869	5.722	17.021	6.136
Programa alimentação trabalhador (PAT)	(382)	-	(409)	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	15.487	5.722	16.612	6.136
Incentivos fiscais (SUDAM)	(14.333)	-	(16.494)	-
Imposto de renda e contribuição social devida	1.154	5.722	118	6.136
Total Imposto de Renda e Contribuição social	6.876	-	6.254	-

29. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Lucro do exercício	63.034	44.845

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Quantidade média ponderada de ações (milhares)	390.602	365.150
Lucro básico por lote de mil ações	<u>161,38</u>	<u>122,81</u>

30. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	12.431	12.369
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>12.431</u>	<u>12.369</u>
Arrendamento Operacional	(12.431)	(12.369)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(12.431)</u>	<u>(12.369)</u>

31. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Garantia de concessões públicas	382.751	mar/22 a mar/23
Risco operacional	350.000	dez/21 a dez/23
Responsabilidade civil	80.000	dez/22 a dez/24
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/22 a abr/23
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	set/22 a set/23
Responsabilidade civil - Engenharia	(*)	mai/14 a mai/18
Risco de engenharia + ALOP	(**)	mai/14 a mar/19

(*) Cancelamento da apólice de Responsabilidade Civil de Engenharia após anuência da ANTT para transferência da cobertura para apólice de Responsabilidade Civil Geral enquanto as obras de ampliação encontram-se interrompidas.

()** As coberturas de Riscos de Engenharia e ALOP (RE) venceram em março/2019, visto que esta apólice foi contratada para as obras de duplicação e recuperação das pistas existentes, as quais se encontravam paralisadas desde 2016. Essa condição de obras paralisadas se estendeu até mar/2019 (vigência da apólice) e não foi prorrogada, pois foi adquirido cobertura para o canteiro de obras (único bem que estava sendo coberto pela apólice de Riscos de Engenharia na época) na apólice de riscos operacionais.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Eventos subsequentes

Em continuidade às tratativas para a transferência do Controle acionário da Companhia e em decorrência dos termos previstos no TAC Plano de Ação, no dia 13 de janeiro de 2023 foi sancionada a Lei Estadual nº 12.009/2023 – MT, em que possibilita que os recursos e fluxos financeiros decorrentes do Fundo de Transporte e Habitação – (“FETHAB”) e destinados à MTPAR sejam utilizados como garantia ou contragarantia em contratos de qualquer natureza em que sejam parte a empresa de economia mista, suas subsidiárias ou empresas nas quais ela detenha o controle acionário, permitindo que parte deste fundo seja utilizado como garantia aos investimentos necessários junto à CRO.

No dia 17 de janeiro de 2023, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), cujo objeto é a venda da integralidade das ações da Companhia, detidas pela OTP Rodovias S.A., para a MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A. (“Transação”). A transação será concluída após a satisfação ou renúncia de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda.

No dia 23 de janeiro de 2023, a Concessionária protocolou o Ofício 5.068/2023 (SEI nº 15134159), no qual solicitou um novo prazo adicional de 60 (sessenta) dias para início de vigência do Termo Aditivo de Relicitação, de modo que seja possível a conclusão de todos os ritos para eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta.

No dia 02 de fevereiro de 2023, foi celebrado o 6º Termo Aditivo (TA Relicitação) entre a ANTT e CRO, com a postergação por 60 (sessenta) dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (TA Relicitação), totalizando 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação no Diário Oficial da União, conforme cláusula 13.1 do TA nº 004/2022.

33. Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Nos anos 1990 algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário para o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) haveria uma possível bitributação e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional.

No julgamento de Ação Direta Inconstitucional (“ADI”) 15, ocorrida no ano de 2007, o STF afirmou a constitucionalidade da contribuição e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento.

Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários (“RE”) 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, em que o STF apreciaria o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos recolhidos de forma continuada, ou seja, aqueles que se repetem periodicamente, perde seus efeitos no momento em que a Corte se pronunciar em sentido contrário.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a matéria tem por base os efeitos da ADI de 2007, o SFT entende que não há o que se falar em efeitos de modulação a partir de 2023, retroagindo os seus efeitos da decisão do SFT até 2007.

Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão do STF posterior, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, em sentido contrário, ou seja, pela legitimidade da exigência do tributo, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento a partir da data do julgamento do STF, sendo que as coisas julgadas suscetíveis de serem alcançadas por essa nova decisão do STF são aquelas de trato continuado em matéria tributária, ou seja, aqueles tributos que se repetem continuamente, por exemplo que se calculam e recolhem em bases mensais, trimestrais ou anuais.

Assim, os pressupostos para que a coisa julgada individualmente formada deixe de produzir seus efeitos passam a ser:

- A entidade tenha uma sentença transitada em julgado afastando a exigência de um tributo; e
- O STF defina, em repercussão geral ou em controle concentrado, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão individual obtida pela empresa em momento posterior ao do trânsito em julgado individual, não sendo qualquer decisão do STF que cessará a coisa julgada, mas apenas as proferidas sob o rito de repercussão geral ou de controle concentrado.

A Companhia possui decisões favoráveis que possibilitam o não recolhimento de tributos, quais sejam: exclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS; contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, auxílios doença e acidentário e o adicional de 1/3 sobre as férias; contribuição previdenciária sobre os valores descontados a título de vale-transporte e auxílio-alimentação; ICMS incidente sobre a TUSD (energia elétrica); contribuições previdenciárias os valores relativos à remuneração paga aos menores aprendizes.

Diante disso, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF neste momento e, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022. Em relação à contribuição previdenciária sobre o 1/3 de férias, informa-se que, mesmo com sentença favorável, a CRO está recolhendo normalmente o referido tributo, tendo em vista decisões contrárias proferidas pelos Tribunais Superiores. Portanto, não há risco iminente.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá - MT

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 32 às demonstrações contábeis, que indicam, que a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2022: i) passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 931.063 mil, principalmente em virtude de dívidas de curto prazo junto a instituições financeiras, contraídas em função da não liberação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES previsto no plano de negócios; e ii) processos relacionados a autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em discussão na esfera administrativa.

A Companhia vem conduzindo ações junto ao poder concedente no sentido de relicitar o contrato de concessão ou de venda de seu controle acionário. A não confirmação do sucesso dessas ações suscita a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, de seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Principal assunto de auditoria

Avaliação de impairment dos impostos diferidos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2022, impostos diferidos – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no montante de R\$ 26.647 mil. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, baseado em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos de acordo com os requerimentos do CPC 32;
- Análise das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição dos impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da

recuperabilidade dos impostos diferidos, a luz dos prazos estimados para operação durante o período relicatatório;
-Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos atendem aos requisitos descritos no CPC 32, bem como se as respectivas divulgações da Nota Explicativa nº 12 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Principal assunto de auditoria

Relicitação do Contrato de Concessão

Em 09 de dezembro de 2021 a Companhia encaminhou o requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, o referido requerimento foi aprovado pela ANTT em 10 de março de 2022, restando a Companhia cumprir as demais etapas estabelecidas na referida lei. Em decorrência da decisão de proceder à devolução do objeto do contrato de concessão através do processo relicatatório, a Companhia passou a adotar para avaliação da recuperabilidade de seu Ativo Intangível, os critérios definidos nessa Lei 13.448/2017 ou seja, indenização pelo valor contábil do intangível, líquido de amortização.

Considerando a complexidade desse processo, que além de resultar de relevante mudança de intenção da Administração em relação ao contexto operacional da Companhia, somente estará concluído após o cumprimento de diversas etapas perante diferentes entidades, como a qualificação do empreendimento para relicitação, assinatura de termo aditivo, definição de valor de indenização de ativos, bem como a efetiva realização de uma nova licitação, entendemos ser esse um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Análise da Lei nº 13.448/2017;
- Análise do pedido de devolução à luz da Lei nº 13.448/2017 e das condições previstas no contrato de concessão;
- Discussões com administradores e assessores jurídicos da Companhia quanto a efeitos e procedimentos a serem seguidos;
- Análise do valor justo líquido das despesas de venda para determinação da recuperabilidade do ativo intangível;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, concluímos que as divulgações na nota explicativa estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Cuiabá, 21 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S - MT

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 116001/O-3 – S - MT

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que:

Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Cuiabá, 29 de março de 2023.

Júlio César Duarte Perdigão
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que:

Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e;

Cuiabá, 29 de março de 2023.

Júlio Cesar Duarte Perdigão
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores